

**LEI Nº 3.507, DE 10 DE AGOSTO DE 2018**

**Revogada pela Lei nº 3.928/2025**

**~~REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, aprovou e eu Prefeito Municipal de Alegre sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial de Alegre — FMDT de natureza contábil, criado pelo artigo 242 da Lei municipal nº 2.980/2008;

**§1º.** Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial — FMDT serão depositados em conta corrente especial mantida em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) especialmente aberta para esta finalidade;

**§2º.** A administração dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial — FMDT será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — SEMMADES, conforme estabelecido no inciso III, do artigo 241, da Lei municipal nº 2.980/2008;

**§3º.** São atribuições do Conselho Municipal do Plano Diretor de Alegre: debater e aprovar as diretrizes a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial — FMDT, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes do FMDT, em conformidade ao estabelecido no inciso V, do artigo 65, da Lei municipal nº 2.980/2008;

**Art. 2º** — O Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial — FMDT é constituído de:

**I** — Recursos auferidos com a adoção da Outorga Onerosa do Direito de Construir, conforme inciso I, do artigo 227, da Lei municipal nº 2.980/2008;

**II** — Recursos auferidos com a adoção do Licenciamento Oneroso para fins de regularização de edificações, conforme 8º, da Lei municipal nº 3.133/2010;

**III** — valores provenientes aplicação das multas estabelecidas na lei municipal 2736/2006;

**IV** — Legados e outros recursos destinados para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial — FMDT provenientes de pessoas físicas, doações, jurídicas ou de organismos e entidade públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

**V** — Empréstimos ou operações de financiamentos internos ou externos captados ou destinados especificadamente para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial;

**VI** — Valores correspondentes às medidas mitigadoras e/ou compensatórias determinadas pelos Estudos de Impacto de Vizinhança;

**VII** — Rendimentos auferidos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo de exercícios anteriores;

**VIII** — R outros recursos destinados ao Fundo por atos administrativos específicos ou consignados no orçamento do Município, ou provenientes de Programas implantados e desenvolvidos no Município;

**Art. 3º.** Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial — FMDT serão aplicados em consonância com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Lei municipal nº 2.980/2008, com a finalidade de:

**I** — Concretizar os objetivos, diretrizes, planos, programas, projetos urbanísticos e obras integrantes ou decorrentes do Plano Diretor;

~~**II** — Instituir mecanismos para possibilitar a sistematização e difusão de informações sobre o Município, visando a implantação, o monitoramento, a avaliação e a tomada de decisões relacionadas às políticas públicas.~~

~~**III** — Promover o aperfeiçoamento institucional para garantir processos contínuos e sistemáticos de acompanhamento e atualização do Plano Diretor Municipal.~~

~~**IV** — Implementação de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários;~~

~~**V** — Promoção da realização e implementação de projetos para qualificação da circulação e do transporte no município.~~

~~**Art. 4º** — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.~~

~~**Art. 5º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Alegre (ES), 10 de agosto de 2018.~~

~~**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**  
**Prefeito Municipal**~~